

A criança da aldeia Canuanã (TO), interfaces da aquisição do conhecimento

NATHALIA CUNHA POLESE *

Resumo: O presente trabalho pretende perceber a realidade vivida pelos indígenas da comunidade Canuanã no Estado do Tocantins. Tendo como foco principal a infância e os processos de escolarização, pretendo apresentar de forma sucinta como estes aprendizados são realizados através da interculturalidade. Também, perceber as diferenças existentes entre o mundo dos brancos e o mundo dos indígenas, a forma de educabilidade realizada na aldeia, seja ela na escola indígena ou através das trocas sociais em contraponto com a Fundação Bradesco que está em constante contato com a comunidade. As normas e regulamentações, órgãos de diferentes instâncias, que amparam e regem esta etnia, até que ponto elas podem ser vistas como um aspecto positivo para as famílias que residem na aldeia. Através dos autores estudados, cito as divergências que a modernidade trouxe para esta comunidade e a rapidez das transformações oriundas deste processo de globalização. A cultura indígena, a sociabilidade, a educação e a infância são problematizadas e analisadas no estudo.

Palavras chave: educação indígena; infância; interculturalidade.

Abstract: This study aims to know the reality lived by indigenous at Kanuanã community on state of Tocantins. With principal focus the childhood and the education process, I intend to present briefly how this learning is done through the intercultural process. Also, to understand the differences between the white men's world and indigenous world, the education done on aldeia, at indigenous school or through social changes in counterpoint with Bradesco Foundation which is in constant touch with the community. The roles and regulations, organs and different instances which support and govern this race, and to what extent they can be seen as a positive the fact that families residing on aldeia. With the authors studied, I quote the differences that modernity has brought to this community and the speed of changes arising from this global process. Indigenous culture, the social relations, the education and childhood are problematized and analyzed in the study.

Key words: indigenous education; childhood; interculturality.



* **NATHALIA CUNHA POLESE** é Pedagoga especialista em Educação Infantil, pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Docente do Ensino Superior, Mestranda em Educação na Universidade Estadual de Minas Gerais. Integrante do Grupo de Pesquisa: Polis e Mnemosine: educação, memória e culturas (UEMG).



Introdução

“Era uma noite linda, de lua cheia. O céu, pintadinho de estrelas. Parecia ate o pátio estava iluminado. Dava pra enxergar tudo. Os meninos mais velhos de treze, quatorze anos estavam aprendendo a dançar e a cantar. Faziam tudo juntos: moravam juntos, dançavam juntos, aprendiam juntos a trabalhar, a conhecer as plantas, os animais, o tempo, a lua, o vento. Por isso moravam numa casa separada, só deles. Até parecia uma escola.”

[Aracy Lopes da Silva, in Histórias de Verdade, 1983.]

Através deste pequeno trecho do texto de Aracy Lopes da Silva, que conviveu com a Educação Indígena e desenvolveu estudos antropológicos em uma realidade cultural e social tão diferente e tão peculiar constatamos que é possível ser e viver a infância de um modo diferente. Perceber as singularidades do mundo que está à sua volta, conhecer as plantas, os animais, o rio, a sua comunidade. Maneiras diferenciadas da construção do saber e o respeito pelos mais velhos e por sua cultura são especificidades da infância indígena.

A criança por muito tempo foi tratada como um ser incompleto, que irá se

tornar gradualmente capacitado com as aprendizagens que apreendeu até se tornar um adulto. A antropologia negou o estudo do universo infantil, por este motivo: o processo de socialização percebendo o adulto como um ser pleno, socializado (Toren, 1990).

A partir das observações participantes realizadas por Christina Toren (1990) em um estudo minucioso sobre a hierarquia em Fiji e sua apreensão diferenciada pelos adultos e pelas crianças, onde foi utilizada a observação participante trazida da antropologia e de técnicas da psicologia, constatou-se que as crianças podem realizar uma inversão conceitual quando suas formulações são

comparadas com aquelas dos adultos referentes aos mesmos fatos.

O mundo infantil é composto de peculiaridades próprias e a forma como a criança resolve seus “problemas” e percebe o mundo que vive é a partir da ludicidade. Ela transita entre a imitação e a recriação com uma facilidade e com sutilezas que escapam o mundo adulto. A criança imita para se projetar adiante, para entender e superar e então descobrir o que precisa e tem como dificuldade. Ela aprende com o seu cotidiano, entre si e por si muito do que necessita.

Cohn (2005) retoma os estudos de Toren sobre crianças indígenas nas Ilhas Fiji para chamar a atenção para a forma como crianças reelaboram aspectos da realidade social que não são tematizados pelos adultos e para uma abordagem que considera que a construção de significados acontece na interação, envolvendo adultos e crianças. Ao tomar essas elaborações como algo a ser considerado como bem mais do que simples imitações ou simplificações, pode-se perceber como elas nos ajudam a compreender a experiência das crianças, assim como ampliam a nossa compreensão sobre experiência dos próprios adultos e sobre o contexto cultural mais amplo.

Silva (2002) enfatiza que a criança indígena também aprende através da corporalidade, que passa a ser um mecanismo central no processo de aprendizagem e transmissão de conhecimentos, habilidades, técnicas e concepções próprias desta educação indígena.

O universo infantil indígena: encontros e desencontros com o mundo “dos brancos”

Percebemos que o universo infantil é fatalmente menosprezado. Vivemos em um mundo onde tudo é transformado e regrado por órgãos, leis, Estado, pessoas. Pensar nesta modernidade e nestas mudanças nos faz perceber que podemos estar vivendo uma crise: de valores, de saberes, do querer e não poder querer.

A partir do que Heller (1999) afirma o mundo inteiro já se tornou moderno. De fato, até as comunidades indígenas estão passando por este processo de modernização e de globalização. Nas civilizações pré-modernas existem hierarquias da sociedade, de homens que são livres e ao mesmo tempo estão presos as leis e regimentos que já foram estabelecidos desde o nascimento destas sociedades.

Pensando nesta modernidade e nestas transformações quase que instantâneas, a escola entra em choque com esta premissa. Viver e aprender em uma escola indígena que é pensada para crianças ocidentais e da cidade, amparada e regulamentada pelo Estado é algo hediondo. A modernidade com o tempo se tornou global, as coisas acontecem de maneira natural, sem que possamos perceber a rapidez das transformações.

Este processo de interculturalidade entre o mundo dos indígenas e dos brancos também ocorreu desta forma, sem que eles percebessem, as transformações, modernizações e globalizações entraram na aldeia, de forma brusca e rápida, sem que eles pudessem pensar se realmente era aquilo que desejavam.

Ainda segundo Heller, esta modernidade vem carregada de dificuldades como: desestrutura

familiar, o desequilíbrio ecológico, as grandes transformações tecnológicas.

Pensando na aldeia Canuanã, localizada no estado do Tocantins e as crianças inseridas nesse contexto de interculturalidade¹ entre o mundo dos brancos e o mundo dos indígenas, as atividades relacionadas à cultura e ao modo de ver e ler o mundo em que vivem, são motivos de investigação e estudo. Estas crianças indígenas podem estar inseridas em uma escola regular, convivendo com diferentes realidades, povos, culturas e crenças.

A Fundação Bradesco que está localizada do outro lado do rio, e faz a “vizinhança” com a comunidade indígena, acolhe as crianças da região. Se a família indígena e a criança passar pelo processo seletivo da escola, que é realizada através de uma prova em português, onde o domínio e o entendimento da língua portuguesa são analisados, a criança passa a morar na Fundação Bradesco e volta para sua comunidade nos finais de semana.

O projeto de pesquisa: *Crianças Indígenas das aldeias Ava-Canoeiros e Javaé (Formoso do Araguaia – TO): relação entre cultura, infância e educação*², tem como base, a problematização desta inserção de crianças indígenas em uma escola regular ocidental. Pensada na cultura dos “brancos” com foco principal nos

conhecimentos que as crianças indígenas adquirem no mundo escolar através da interação e socialização com as demais crianças, e o que elas passam para as outras crianças que estão na aldeia e podem ter a sua escolarização através da Escola Indígena, que é regulamentada pelo Estado do Tocantins.

Em uma comunidade indígena, que é rodeada da cultura ocidental – através da escola da Fundação Bradesco - e que difere e muito dos costumes da etnia Kanuanã, o processo de interculturalidade acontece de maneira contra hegemônica. Ao afirmar que o ‘cultural é campo das diferenças’, percebemos com clareza que os índios vivem em contato com a população branca que é diferente e tem outras formas de ver e viver. Os costumes, as regras e as leis de uma sociedade são quase que opostas as da aldeia.

Através desta “crise” de conceitos, apropriações, é oportuno relatar o que o as crianças pensam deste contexto: idas e vindas da aldeia para a cidade (Formoso do Araguaia-TO, local onde a Fundação Bradesco está situada); onde elas realmente desejam estar inseridas – escola indígena ou escola dos brancos.

Em uma visita a aldeia Canuanã, no período de férias (em julho de 2012) conversando de maneira espontânea com as crianças, a respeito do seu cotidiano, da sua vida, e foi impossível não entrar no processo de escolarização. Neste dia, encontrava-se na aldeia crianças indígenas que estudam na Fundação Bradesco e as que estudavam na escola indígena. Através de uma atividade lúdica com as crianças fiz

¹ Este contexto de “interculturalidade” é visto pela forma que “mundo dos brancos” e “mundo dos indígenas” se entrelaça. Por estarem muito próximos, e serem separados somente pelo rio Javaé, a Fundação Bradesco está sempre dando suporte à aldeia Canuanã, e também se insere na aldeia, através do projeto de Inclusão Digital – denominado “CID”, que funciona em turno integral e para todos os residentes da aldeia.

² A presente pesquisa está em andamento em parceria com o Programa de Mestrado em Educação FaE/CBH/UEMG, e tem previsão de término para fevereiro de 2013.

perguntas pertinentes. E tive muitas surpresas³.

‘A.’ que é muito falante e estuda na Fundação Bradesco me respondeu: “Já estudei aqui na aldeia tia, aqui na escola não aprende, tem pouca tarefa”. As crianças que estavam me acompanhando concordaram com ‘A.’.

‘K.’ que também estuda na Fundação disse que “todas as crianças querem passar na prova e ir estudar de verdade”.

‘J.’ me contou que “a mãe diz que na Fundação é melhor, a gente vai estudar de verdade”. Ao me falar na escola que estava estudando (a indígena), me disse que “tem lanche, tem doce de leite, doce de banana”, questionei o que aprendia na escola e prontamente me respondeu: “eu sei fazer cavalo, vaca de escrever. Boca eu sei fazer”. Por estar em fase de alfabetização, e por ter incentivo familiar, ‘J.’ já está escrevendo e se comunica em português sem nenhuma dificuldade, diferente das outras crianças que estão na escola indígena.

‘M.’ ao ser questionada se gostava da escola, não entendeu, ‘A.’ traduziu a frase, e ‘M.’ respondeu em português. “Gosto da escola, mas quero ir para a cidade e ser doutora”. Perguntei o motivo de querer sair da aldeia, novamente ‘A.’ falou com ‘M.’ em Inã, língua materna dos Canuanã, que respondeu: “Porque sim.” E sorriu.

Através destes exemplos, percebe-se a diferença entre as crianças que estudam na Fundação: são articuladas, entendem claramente o português, e de alguma forma, já estão à frente dos demais. As crianças que estudam na escola indígena, tem o desejo de estarem na escola dos brancos para poderem assim

se formar, trabalhar e ter a vida dos ocidentais.

A educação indígena e sua dualidade

No contexto em que estamos inseridos, de não sabermos se vivemos na modernidade, na pós-modernidade, se estamos nos adequando as novas mudanças sociais que emergem a todo tempo e as transformações sócio históricas com que nos confrontamos, professores e escolas inevitavelmente passam por essa transição. São muitas exigências de um mundo complexo e acelerado. Hargreaves (1998), ao falar deste processo afirma:

As escolas e os professores ou se agarram a essas soluções burocráticas de tipo modernista (mais sistemas, mais hierarquias, mais mudanças impostas, mais do mesmo), ou retrocedem nostalgicamente em direção a mitos pré-modernos de comunidade, de consenso e de colaboração, nos quais o pequeno é que é bom (*small is beautiful*) e amizades e alianças unem os professores e outros actores em teias densas e protegidas de propósitos e de pertença comum. (1998, p.27)

Analisando o que a autora expressa para nossa reflexão, de uma realidade imposta, onde os grandes, os desenvolvidos, os “patrocinados” tem voz e vez e estão na pós-modernidade a escola indígena passa a ser o “pequeno que é bom” se comparado a Fundação Bradesco, que se torna o exemplo de como uma escola deve funcionar, aos olhos de uma comunidade que é carente e que de alguma forma sempre foi regulamentada pelo Estado que pouco faz pela Educação Indígena e que tem a Fundação como exemplo de organização, de qualidade na educação. As alianças são realizadas entre

³ Por questões metodológicas e de sigilo aos participantes da pesquisa irei manter as letras indicando o nome dos sujeitos.

comunidade indígena (aldeia Canuanã) e comunidade branca (Fundação Bradesco). No aspecto educacional essas parcerias não são feitas.

A escola indígena pode ser comparada a uma escola 'pré-moderna' que tem exigência do mundo pós-moderno extremamente complexo, que está muito próximo. Com o passar do tempo, essa disparidade entre o mundo da escola e o que existe para além dela tornar-se cada vez mais óbvio.

Para Matos (2006), pode-se afirmar que no Brasil há uma separação entre moral coordenada pelos órgãos privados e política que são os espaços públicos. Nosso país fica em uma dualidade constante – o oficial e o oficioso, o legal e o real. O Estado passa a ser o monopólio das injustiças e as leis não são regulatórias, mas opressoras.

Leis essas que estão na Constituição Federal que amparam a Educação Indígena, os povos Indígenas, bem como a comunidade em geral. As leis existem para serem seguidas e para proteger a população, não para cumprir metas ou ser uma maneira de exibicionismo para os outros países que não conhecem a nossa realidade, que não sabem o que realmente acontece com a nossa educação, com as nossas crianças.

Pensar em uma escola que é amparada pela Constituição, legalizada, pensada, estudada, organizada para suprir as necessidades culturais de uma comunidade indígena, mas que ao mesmo tempo parece não acontecer, pois pelos relatos das próprias crianças a escola passa a ser o lugar da alimentação.

A cultura pensada como um conjunto de representações, onde a transmissão de sensibilidades, normas e idéias passam de uma geração a outra, se

transformando a todo instante, carregada de informações midiáticas e do contato constante com os brancos. Os índios da aldeia Canuanã percebem a sua cultura sendo transformada e modificada por imposição da localidade da aldeia.

Não sabemos até que ponto esta é a vontade dos indígenas. Há um contraponto permanente: a criança estuda na aldeia, carrega os costumes indígenas, aprende a sua língua materna que é o Inã, tem a sua formação na escola indígena através da educação bilíngue, que é cheia de lacunas e precisa ser problematizada: o português é necessário na comunidade? Os índios devem se preparar para receber os brancos? Os brancos devem estar na aldeia o tempo todo? Como é realizada essa alfabetização/ escolarização bilíngue? É algo a ser pensado em conjunto com a população indígena.

O português pode se tornar necessário se a comunidade vê essa interculturalidade como algo positivo, afinal, a Fundação encontra-se dentro da aldeia prestando serviços filantrópicos com um Centro de Informática para os Indígenas. Eles também estão em contato com médicos, enfermeiros e alguns professores. São suportes para o bem comum da comunidade. Mas também, os indígenas tem a opção de permanecer em sua vida como nos primórdios, onde a subsistência, a educação e a saúde eram realizadas na própria aldeia, sem interferência do branco.

Ao falar da cultura, Lopes (2006) revela:

Reduzido à programação biológica que recebe, o homem não seria nada: o papel do instinto em nossa existência não é desprezível, e as aptidões que a cultura desenvolve estão inscritas em nossos genes,

mas deixam o homem desarmado face a um ambiente que só o nutre graças a operações complexas, das quais nenhuma é evidente. O indivíduo se forma imitando e aprendendo. (2006, p.67)

A criança indígena se encontra assim, desarmada frente à sua cultura, ao seu biológico, a algo que está no seu intrínseco e que estará consigo para todo o sempre. Não há forma de mudar o que se têm desde o nascimento, as aprendizagens são as reproduções do seu cotidiano, como o autor acima afirma, o indivíduo se forma imitando; e a criança indígena se formará perante a sua condição de índio que vive em uma comunidade rodeada de imposições, de transformações do mundo ocidental.

A educação familiar terá seu papel primordial neste processo de aquisição de conhecimento e de constituição do ser. Como o exemplo que citei acima, das diferenças entre as famílias indígenas: uma família é composta pela mãe branca e o pai indígena, as crianças estudam na Fundação Bradesco e tem a sua escolarização realizada no mundo ocidental, mas a cultura que carregam é de índio e eles se percebem e vivem na sua aldeia com muita estima. Já a família que é totalmente indígena, mãe e pai da comunidade, onde a educação é realizada na escola e as crianças não aprendem o português de forma natural (em casa), tem muita dificuldade, pois dentro de seu lar a língua falada é o Inã e eles só têm contato com o português na escola indígena. Cabe ao grupo familiar perceber a necessidade ou não das imposições do “mundo dos brancos”, se isso fará ou não diferença para a formação e futuro dessas crianças.

Uma violência que não é visível, mas sentida por tantas diferenças. Vivemos em uma sociedade moderna, onde esta

violência esta disseminada até mesmo na formação dos cidadãos. Na família pelas diferenças de educação de visão de mundo, no Estado pelas leis autoritárias, e muitas vezes esquecida nos regulamentos, na escola pelo autoritarismo, pela falta de acessibilidade, por não saber e não querer entender as diferentes culturas, nos meios de comunicação pela falta de acessibilidade e maus exemplos, onde as regras da moral são desprezadas. A violência está impregnada não só na forma física, manifesta, mas de maneira oculta ao nosso redor.

A partir da Revolução Francesa e com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, novos direitos e responsabilidades foram criados. Através desse ideário de desalienação, o homem passou a ver a sua vida de outra maneira, o pensamento moderno visa uma educação formadora.

A educação ganha forma e novas responsabilidades. Educação e tolerância tendo que andar juntas para superar as barreiras impostas pela sociedade. Em uma combinação perigosa, o nosso século uniu o militarismo e industrialismo, em uma comunidade onde você é valorizado pelo que tem, e não pelo que é ou conquistou. Com regras e leis difíceis de serem alcançadas, onde a abundância e a ganância são os maiores objetivos da população. Produz-se muito, para ganhar muito. Deseja-se pouco para manter-se na miséria absoluta.

Diante de tantas visões, luta por poderes Matos (2006) afirma que a ciência contemporânea confunde liberdade de pesquisa com onipotência, desses dois meios podemos ter os bens úteis e materiais. Mas através desses utilitarismos o homem é ignorado, deixa de existir enquanto agente de sua própria vida. A ciência tem o desejo de

construir um sujeito abstrato, transformando-o em incoerente e incompreensível.

As diferentes culturas não são mais reconhecidas, e encontramos o que podemos chamar de “catástrofe” exatamente nestas diversidades. O que deveria ser visto como riqueza, como aprendizado, torna-se assustador. Estamos condicionados a um mundo onde “correr atrás da máquina” é o principal objetivo.

Considerações finais

Diante de tantas diferenças, a educação escolar indígena “bilíngue” fica rodeada de questionamentos e problemáticas. A cultura dos índios também é afetada com tantas interferências: Estado, FUNAI.

Pensar em uma educação onde a própria língua materna da comunidade é deixada de lado e a língua portuguesa fica em primeira instância sendo considerada como fundamental é realmente assustador. Até mesmo através das leis, a cultura indígena deixa de ter a sua autonomia, pois é regulamentada através de fundamentos para a vida ocidental.

Para os indígenas a aldeia e o contato com os demais é um processo de aprendizado. A escola não se limita ao espaço escolar, mas sim ao contato com os demais. Este aprender é realizado através das interações entre as crianças de diferentes idades, dá-se geralmente pelo irmão mais velho ensinando o irmão mais novo. O aprender despertado pela curiosidade dá espaço à observação, onde a imitação, o jogo, as trocas, as brincadeiras em geral, tornam-se aprendizado. A experimentação é a base do aprendizado em que elas próprias confeccionam sua autonomia. Não há imposição, mas

momentos privilegiados onde estes processos acontecem pela experimentação.

Convivendo com a cultura indígena e com a educação, podemos perceber que o respeito é uma peça fundamental. Eles admiram os mais velhos, respeitando sua sabedoria e experiência. São eles quem proferem os conselhos, guiam os passos, mostram os caminhos existem. A autonomia também é aspecto a ser destacado na educação dos Canuanã, a busca pelo conhecimento e a iniciativa das crianças é valorizado e instigado desde bem novos, as crianças tem liberdade para experimentar, observar, fazer o que desejarem na aldeia.

Pensando nestes momentos de aprendizagem, é importante pensar: até que ponto buscar uma realidade de escolarização, de graduação, de saída da aldeia para as cidades, que não é própria do mundo indígena pode ser vista como algo produtivo a essas crianças? O choque de realidade pode ser grande. Nas cidades grandes, principais capitais onde as oportunidades de emprego são maiores, mostrados pela mídia como locais fáceis e tranquilos de se viver, mas na realidade são ambientes onde as pessoas vivem para concorrer, para atingir seus objetivos profissionais deixando de lado as regras básicas de convivência e de respeito, pois o que importa é o que a pessoa irá ganhar sem pensar no outro. Tudo se transforma em fração de segundos sem que possamos perceber, porém esta realidade é vista de maneira natural para os brancos, estamos adaptados a conviver neste meio, mas para os índios certamente não é uma normalidade.

Não quero “tomar partido”, e afirmar o que seria melhor para uma comunidade. Sei que para tudo existem dois lados e duas formas de percepção. Contudo, acredito que os indígenas necessitam de

uma voz ativa na comunidade, precisam ser ouvidos, para que esse contexto de “fingimentos” pare de afetar a vida da aldeia. A verdade e o bom senso devem estar sempre em consonância.

A cultura indígena deve ser valorizada, a interculturalidade indígena poderia ser um benefício à comunidade, se fosse voltada para o bem dos índios, se eles fossem percebidos enquanto um povo que tem suas especificidades. Portanto, a cultura indígena deve ser crescente e não estagnada.

Referências

COHN, Clarice. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Passo a passo, 2005.

HARGREAVES, Andy. O mal estar da modernidade: o pretexto da mudança. In: _____. Os professores em tempos de mudança: o trabalho e a cultura dos professores na Idade Pós-Moderna. Lisboa: McGraw-Hill, 1998 (25-42).

HELLER, Agnes. Uma crise global da civilização: os desafios futuros. In: _____ [et al.]. A crise dos paradigmas em Ciências Sociais

e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999 (13-32).

LOPES, José de Sousa Miguel. O senhor das moscas: os labirintos do poder e da violência numa antropologia da cultura. In: _____. A diversidade cultural vai ao cinema. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 (65-86).

MATOS, Olgária. A identidade: o estrangeiro em nós. In: _____. Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006 (51-66).

MATOS, Olgária. Democracia Midiática e República Cultural. In: _____. Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006 (7-34).

SILVA, Aracy Lopes da, NUNES, Angela, MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva (orgs.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

TOREN, Christina. Como sabemos o que é verdade? O caso do *mana* em Fiji. Rio de Janeiro: Mana, vol. 12, 2006.

Recebido em 2013-03-13

Publicado em 2013-06-11